



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



LEI MUNICIPAL Nº 5.230/2023, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

SANCIONO
Em: 31/03/2023
Roberto Pina Oliveira
Roberto Pina Oliveira
Prefeito Municipal

Aprova o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, no âmbito do Município de Igarapé-Miri/Pará.

O Prefeito de Igarapé-Miri/PA, Roberto Pina Oliveira, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei aprova o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, no âmbito do Município de Igarapé-Miri/Pará, com vigência de 10 (dez) anos, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (COMDET), na forma do Anexo Único, parte integrante desta Lei, a ser vinculado institucionalmente e executado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), sob a supervisão, controle e monitoramento do COMDET.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições normativas em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Igarapé-Miri/Pará, 31 de março de 2023.

Roberto Pina Oliveira
Roberto Pina Oliveira
Prefeito de Igarapé-Miri



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



IGARAPÉ-MIRI, MUNICÍPIO AGROECOLÓGICO

“PLANO MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA”

Igarapé-Miri/Pará
2023

Página 2 de 17



SUMÁRIO

Apresentação	2
1. Introdução	3
2. Diagnóstico	5
3. Diretrizes	8
4. Objetivos, Metas, Estratégias e Iniciativas	10
5. Gestão do Plano	15
Referências	

(v)



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



APRESENTAÇÃO

Em maio de 2021 iniciou-se uma série de diálogos envolvendo o governo de Igarapé-Miri e diferentes atores engajados na estratégia *Agroecologia nos Municípios* (AnM), proposta pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A princípio, a gestão foi interpelada, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), de Meio Ambiente (SEMMA) e de Assistência Social (SEMAS), sobre quais iniciativas estavam em estudo no âmbito do planejamento municipal para o fomento da produção agroecológica e promoção da segurança alimentar e nutricional; posteriormente, o debate alcançou o Gabinete do Prefeito, incorporando um novo elemento de reflexão que dá conta do lugar da produção orgânica e de base agroecológica no conjunto das estratégias pensadas pelo governo para incentivo ao desenvolvimento local.

Naquele contexto, procurou-se sensibilizar a gestão quanto aos aprendizados que se traduzem nas experiências de agroecologia e como esse acúmulo pode contribuir com um redesenho da ação pública no campo do desenvolvimento social e econômico. Uma das notícias dadas ao gestor diz respeito à pesquisa “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro” (LONDRES, *et. al.*, 2021) realizada pela ANA com vistas ao mapeamento de *iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional* cujos resultados identificaram mais de 700 experiências locais, incluindo ações, projetos, programas e instrumentos normativos operados por 531 municípios de 26 estados brasileiros.

De maio ao início de setembro, uma agenda de mobilização liderada pela equipe articuladora do AnM (composta por representantes da Associação Paraense de Apoio a Comunidades Carentes (APACC), FASE Amazônia e a Consultoria Estadual do Projeto), permitiu reflexões interessantes e, por conseguinte, a adesão de vários atores locais à iniciativa da ANA. Por ocasião da Conferência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (COMDET), ocorrida nos dias 9 e 10 de setembro, na sede do município, um documento-base para diretrizes de uma política de agroecologia foi entregue aos conferencistas, ao Conselho e à Secretaria de Desenvolvimento e, imediatamente, incorporado ao relatório final da Conferência.

A consequência lógica dessa determinação foi a inclusão da pauta agroecológica nos primeiros encontros do Conselho pós-Conferência, do que resultou a providência que permitiu a elaboração do presente instrumento. Assim, pode-se dizer que a construção do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, por um lado, revela um protagonismo da sociedade civil, dos coletivos, redes e movimentos do campo agroecológico na medida em que a culminância dos debates e proposições, tal qual a escrita que o materializou, foram assumidas pelo COMDET como agenda prioritária e estratégica; por outro lado, o compromisso do atual governo, aqui representado pela SEDET, em trabalhar pela institucionalização de ações que viabilizem tal estratégia enquanto política pública.



1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, o município de Igarapé-Miri produziu importantes dinâmicas de gestão da sua produção rural. Alguns elementos permitem sustentar essa afirmação, entre eles a ideia de que: *i)* estamos tratando de modos de produzir que, em última análise, configuram-se como mecanismos de reprodução das comunidades locais, isto é, estão voltados para a manutenção da vida e não necessariamente a serviço de uma lógica de “progresso econômico” regida por agentes de mercado; *ii)* há um esforço para unificar as preocupações ecológico-ambiental e socioeconômica enquanto dimensões de uma existência coletiva cuja construção valoriza práticas de associativismo, autogestão e engajamento político; *iii)* espaços de participação e luta social são estrategicamente assumidos como movimentos para garantia de direitos, produzindo “territórios de resistência” a um modelo de desenvolvimento centrado na acumulação/concentração de capital via mercantilização da natureza e seus recursos.

Diferentes percursos construídos por agricultores e suas organizações econômicas recuperam uma tradição camponesa marcada pelo cuidado, solidariedade e pertencimento a um “lugar social” que não é só lugar da produção, mas, também do compromisso com o futuro das comunidades; lugar de aprendizado, conflitos e acordos. É nesse universo que se identificam sinais reveladores de uma mudança de conteúdo no processo de formação dos sistemas alimentares, de uma mudança que se faz sentir num certo apelo por produtos orgânicos e de base agroecológica, por exemplo. Isso é significativo na medida em que, embora sob o império dos produtos industrializados e da cultura do *fast food*, as comunidades locais passam a dar demonstração de que estão “mais preocupadas” com a qualidade de suas vidas, o que implica pensar a questão da segurança alimentar e nutricional e numa “guinada” da agricultura familiar para a agroecologia como condições fundamentais.

Diversos sujeitos institucionais têm contribuído com esse debate e, para além dele, com experiências produtivas e de organização social bastante representativas de uma proposta de gestão socioambiental, produção e consumo de alimentos e defesa dos territórios tradicionais que dialoga com princípios e valores igualmente presentes em referenciais nos quais uma dada agroecologia é discutida (LIMA, 2019; ROSA E SVARTMAN, 2018; CAPORAL E COSTABEBER, 2002; CAPORAL E PETERSEN, 2011). Há, neste contexto, uma relação de longa data entre os empreendimentos da agricultura familiar e seus arranjos sociopolíticos com organizações não governamentais e organismos universitários. É o que se pode dizer, por exemplo, das parcerias entre cooperativas/associações locais e a FASE Amazônia, as Incubadoras de Empreendimentos Solidários da UFPA e do IFPA e APACC/Rede Jirau de Agroecologia, cujos desdobramentos já permitiram diversos projetos de formação e assessoria traduzidos em processos de manejo, gestão das unidades produtivas e suas entidades e comercialização da produção familiar.

Um dos resultados sensivelmente percebidos nessa trajetória diz respeito a uma habilidade social permanentemente reelaborada combinada a uma dinâmica de inovação nas experiências de manejo que soube incorporar a perspectiva da sustentabilidade. Por conseguinte, produziram-se ações que colaboram para promover uma sociobiodiversidade que tende a ser qualificada por processos e instrumentos de governança socioambiental territorial.



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



Com efeito, toda essa construção social tem sido desafiada por um modelo econômico centrado em monocultivos de açaí que cresce com os apelos do mercado de exportação de *commodities*. O açaí cada dia mais se torna um “produto do mundo” e Igarapé-Miri, considerada a capital do fruto, está na mira das empresas exportadoras.

Essa conjuntura, nos últimos anos, acendeu o sinal de alerta das organizações da agricultura familiar, entidades sindicais e setores do governo municipal, agora bastante empenhados em construir e/ou fortalecer alternativas à monocultura com promoção da diversidade ecológica, ambiental e socioprodutiva. Um esforço coletivo, portanto, que deve se beneficiar da iniciativa proposta pela ANA, consolidando-se, quem sabe, como uma agenda de política pública, a princípio, pela articulação de programas já acessados por organizações camponesas, posteriormente, como uma plataforma de ações locais direcionadas especificamente ao fomento da agroecologia e produção orgânica, mas em diálogo com outras políticas setoriais.

A iniciativa que o presente Plano representa justifica-se a partir de dois interesses. Por um lado, pretende-se articular as experiências em curso, a exemplo da participação dos agricultores nos chamados mercados institucionais de alimentos, das feiras locais e outros componentes da formação de circuitos curtos de comercialização e consumo de produtos agroecológicos; ampliá-las e fortalecê-las enquanto instrumentos de geração de renda e promoção da segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, busca-se consolidar ações públicas municipais que, consideradas as suas limitações e contradições, indiquem que é possível (e necessário) perseguir um padrão de desenvolvimento informado nos ideais de justiça socioambiental, econômica e ecológica.

2. DIAGNÓSTICO

O processo de formação dos territórios rurais do Baixo Tocantins, no nordeste paraense, à imagem de uma conjuntura nacional, tem sido marcado pela experiência de ciclos econômicos (SOUZA, 2011) baseados na extração de produtos da floresta e dos rios (látex, madeira, pescado, palmito) e, mais contemporaneamente, em monocultivos (pimenta do reino, cana-de-açúcar, açaí) destinados, primeiro à subsistência, mais tarde ao mercado mais do que ao consumo doméstico.

Até pelo menos a metade da década de 1980, quando o sistema agroindustrial da cana-de-açúcar colapsou, não havia debate público – ou uma preocupação político-institucional – sobre o desafio da diversidade produtiva, menos ainda a partir da ideia de gestão socioambiental. Mas aqui se nota uma contradição interessante: o fato de que sempre existiu uma “diversidade real” constituída por consequência do esforço das famílias camponesas para garantir aos seus produtos orgânicos como estratégia de abastecimento, sobretudo porque não dispunham de renda para compra da maioria dos produtos da cesta básica. Temos notícia de que “à época da seringa”, por exemplo, havia dinâmicas muito interessantes de produção de alimentos (arroz, feijão, milho, melancia, abóbora, maxixe...) em regime familiar e/ou comunitário, incluindo a prática de mutirões. Entretanto, essas preocupações não penetravam uma esfera pública dirigida por atores políticos, não representavam uma pauta importante na rotina das instituições locais.



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



Os resultados da chamada oposição sindical (SOUZA, 2002) – que ao longo dos anos 80 levou uma base de trabalhadores rurais ligados à Igreja Católica e a partidos de esquerda ao comando de suas instâncias de representação em cada município da região – animaram uma nova dinâmica de formação de empreendimentos dedicados ao incentivo e/ou promoção dos assim ditos “projetos alternativos”, experiências de produção informadas na lógica do “desenvolvimento sustentável”. Dois casos representativos dessa investida do movimento sindical são o Centro Tipiti, em Abaetetuba, e o Projeto Mutirão, em Igarapé-Miri. Ambos cumpriram um papel importante na década de 1990 e primeira metade da de 2000 em termos de formação em sistemas produtivos agroecológicos e organização política, colaborando para a emergência de uma nova base social no território do Baixo Tocantins.

Em Igarapé-Miri, o Projeto Mutirão foi pioneiro na conquista de financiamento público para a produção familiar, desde o acesso ao FNO Especial, em 1993. Somadas, a possibilidade de tomada de crédito rural e a “novidade” do associativismo que a experiência do Mutirão representou influenciaram a formação de diversos empreendimentos agrícolas e, com eles, uma nova arena pública disposta ao debate sobre o papel da agricultura familiar enquanto base econômica e modo de organização social. Um dos efeitos dessa mobilização traduziu-se na emergência de novas cadeias produtivas, muito tímidas e fragilizadas, mas sinalizadoras de um avanço, considerando-se o recém-colapsado modelo de produção da agroindústria da cana e suas consequências. A influência do crédito – operada, sobretudo, por um processo de assistência técnica e extensão rural cheio das contradições inerentes ao pacote tecnológico imposto aos camponeses e dos conflitos relativos a um embate entre saber acadêmico e conhecimento tradicional – e o trabalho de mobilização dos empreendimentos associativos ampliaram significativamente a base produtiva das comunidades rurais, a julgar pelo volume de investimentos oriundos daquele Fundo no período de 1989 a 2014, da ordem de 34,2 milhões de reais distribuídos em mais de 4,5 mil contratos, conforme levantamento de Araújo (2015, p. 101).

As imposições do Banco da Amazônia, quanto às culturas que poderiam ser financiadas, e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), para um determinado modo de produzir inadequado às condições das comunidades, inviabilizaram a maioria dos produtos nos quais se apostou, entre eles a laranja, o coco-da-baía e a pimenta do reino. Mas o investimento em cultivos de açaí (85,9% do total de financiamentos) prosperou, constituindo-se num dos elementos de influência da alta produção de frutos posteriormente contabilizada.

A partir da metade dos anos 2000, quando o município já despontava no cenário estadual como um dos maiores produtores de açaí, notou-se um crescente assédio por parte de empresas de exportação aos agricultores familiares, justificado não só pela elevada produção, propriamente, mas, pela excelência nos processos de manejo que a subsidia e seus efeitos na produtividade e qualidade do fruto, combinada com avanços em termos de organização e gestão socioambiental.

Em 2018, a Pesquisa “Produção Agrícola Municipal” (PAM), do IBGE, confirmou Igarapé-Miri como maior produtor de frutos de açaí do Pará. Segundo o levantamento, o município movimentou cerca de R\$ 890,66 milhões em produtos agrícolas, 880 milhões desse total oriundos exclusivamente do açaí. De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores e



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS, 2019), Igarapé-Miri é responsável por 30% da produção de frutos no Estado, que por sua vez responde por 94% da produção nacional (www.abrafrutas.org). Trata-se da “38ª maior praça financeira do Brasil em termos de geração de valor pelos produtos da terra, espremido entre potências da soja, do milho e do algodão dos estados da Bahia, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. A área ocupada pelo açaí no município é de 47.800 hectares. Tecnicamente, a produção financeira por hectare é muito mais rentável que a de soja ou milho, por exemplo” (op. cit.). Em 2019, conforme noticiou o Grupo Liberal, o Pará “produziu aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de frutos, movimentando R\$ 8,6 bilhões”. Estima-se que as receitas geradas com a comercialização desse produto já correspondem ao terceiro maior componente do PIB estadual.

Esse cenário tem suscitado preocupações e debates entre diferentes organizações, muito antes da iniciativa *Agroecologia nos Municípios* configurar-se como uma agenda pública no Baixo Tocantins. Há importantes sinais que apontam para o fortalecimento de um movimento agroecológico, a começar por uma tradição de resistência camponesa ao sequestro dos recursos do território por agentes econômicos a serviço da reprodução do capital, passando por processos de inovação na participação econômica e política, como a experiência do Consórcio de Comercialização do Baixo Tocantins, depois institucionalizado na forma de Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Pará (FECAFES-PA), até arranjos territoriais em trajetória ascendente, como ocorre com a Rede Jirau de Agroecologia cuja arquitetura social tem possibilitado um rico encontro entre organizações de produção, organismos universitários e gestores públicos dispostos a assumir ações de interesse coletivo, ainda que atravessadas por tensões e divergências.

O presente Plano configura-se, a priori, pelo desafio de incorporar ao debate público os aprendizados das experiências referidas, posteriormente, na tentativa de fazer a transição de uma experimentação social para um desenho de política pública, o que sugere institucionalizar formas e mecanismos de promoção da soberania alimentar e nutricional, com ampliação de uma base de produção agroecológica enquanto suporte para sistemas alimentares sustentáveis, educação para um consumo consciente e disputa de imaginário sobre qual “padrão de desenvolvimento” interessa às populações locais.

3. DIRETRIZES

O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica deve subsidiar um esforço institucional coletivo orientado para a promoção da cidadania econômica e qualidade de vida, no campo e na cidade, mediante ações de inclusão socioproductiva e geração de renda e estímulo à segurança alimentar e nutricional.

Enquanto instrumento – eixo do planejamento público e mecanismo de acesso a iniciativas de fomento a uma justiça socioambiental e ecológica –, o presente documento dialoga com as estratégias em curso (ou gestação) no âmbito da Política Municipal de Assistência Social destinadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no que concerne a investimentos para incentivo ao processo de gestão de



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



ecossistemas, e com a Secretaria Municipal de Educação, no que tange ao fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No plano das articulações e parcerias, deve-se dialogar com os sujeitos operadores e beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e outras instituições com atuação nessa área, a fim de criar uma nova dinâmica de ATER no município, e com organismos universitários e ONGs com experiência em processos de formação, assessoria e acompanhamento a empreendimentos econômicos constituídos por agricultores.

Uma cooperação permanente deve ser estabelecida com as entidades sindicais presentes no município e atuantes no setor produtivo, particularmente o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Sindicato dos Produtores Rurais (SINPRIM) e a Colônia de Pescadores Z-15. De um lado, o Plano deve se constituir numa referência para as ações dessas entidades, oportunidade para uma ressignificação da pauta sindical com a incorporação (ou maior ênfase) do tema da agroecologia; de outro lado, a capacidade de mobilizar atores percebida entre tais sujeitos pode ser um fator de estímulo para a adesão das comunidades às iniciativas propostas no Plano.

Ademais, é preciso articular ações com as escolas da educação básica com vistas a uma dinâmica de iniciação à pesquisa e educação em agroecologia e temas irmãos, entre os quais segurança alimentar e nutricional e economia solidária. Num outro polo, coletivos de mulheres e juventudes do campo devem ser provocados e inseridos nas iniciativas aqui previstas, assumindo certo protagonismo na construção de sistemas alimentares que lhes permitam, para além da formação, oportunidades de inclusão social e econômica.

Ante o exposto, a *Estratégia Igarapé-Miri, Município Agroecológico*, que se efetiva, sobretudo, por meio do presente Plano de Agroecologia e Produção Orgânica, assume como referência de sua intervenção as seguintes diretrizes:

- I. Criação de mecanismos de promoção da segurança alimentar e nutricional enquanto direito humano essencial, considerando-se, para tanto, a oferta/consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica validados pelos modos culturais localmente vivenciados.
- II. Incentivo ao uso sustentável e solidário dos recursos do território a fim de suprir necessidades humanas sem comprometer o equilíbrio de diferentes ecossistemas.
- III. Desenvolvimento de sistemas de produção agrícola e de extrativismo (florestal, animal, vegetal) de base familiar, orgânica e/ou agroecológica voltados, prioritariamente, a um consumo doméstico de abrangência municipal, inclusive como negação da lógica de acesso a grandes mercados (de exportação, por exemplo) como indicativo de progresso econômico e bem-estar social.
- IV. Fortalecimento dos sujeitos envolvidos com agricultura orgânica e de base agroecológica mediante a ampliação das estratégias de geração de renda, especialmente as que passam pela qualificação e diversificação produtivas associadas a um processo de manejo sustentável.



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



- V. Promoção de sistemas alimentares que operem segundo a lógica da justiça socioambiental e da justiça ecológica; que valorizem a agrobiodiversidade e a sociobiodiversidade amazônicas a partir de experiências locais de produção, distribuição e consumo de produtos cuja difusão implique no aperfeiçoamento das funções econômica, social e ecológica da agricultura familiar enquanto experiências de vida que dialogam com – ou se baseiam nas – concepções de agroecologia e economia solidária.
- VI. Incentivo ao protagonismo das juventudes e das mulheres do campo em dinâmicas produtivas de vertente agroecológica que incorporem o debate da autonomia e da emancipação, traduzindo-se numa estratégia de inclusão social e econômica.

4. OBJETIVOS, METAS, ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS

Eixo 1 – Produção

Objetivo 1 – Ampliar e fortalecer a oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica oriundos de agricultores familiares, pescadores artesanais, micros e pequenos empreendimentos rurais, coletivos de produção, associações e cooperativas, incluindo dinâmicas no campo da agricultura urbana e periurbana.

Estratégias

- Construir referências conceituais e normativas sobre produção de base agroecológica que partam da especificidade local para orientar a elaboração e implementação de políticas municipais de fomento a sistemas alimentares baseados na Agroecologia.
- Criar mecanismos de financiamento, a exemplo dos fundos rotativos, para incentivo e/ou promoção de sistemas produtivos orgânicos e agroecológicos.
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas de mapeamento e análise do potencial de expansão dos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica no município de Igarapé-Miri, identificando gargalos, desafios e contradições que possam ser superados com a implementação de políticas públicas.
- Promover ações e projetos de qualificação, assistência técnica e extensão rural com ênfase no desenvolvimento de arranjos produtivos orgânicos/agroecológicos a partir de uma combinação de esforços entre órgãos de governo e organizações dos agricultores.
- Apoiar e fortalecer os empreendimentos econômicos da agricultura familiar, assentamentos agroextrativistas e de terra firme, micros e pequenos empreendimentos rurais, incluindo os da agricultura urbana e periurbana, como instrumentos de organização social e da produção orgânica/agroecológica.
- Implementar estratégias para promoção de quintais produtivos e sistemas agroflorestais que valorizem a sociobiodiversidade, avançando para uma gestão que articule diferentes



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



organizações econômicas da agricultura familiar com vistas à formação de territórios agroecológicos.

Meta 1 – Implantar e/ou fortalecer, pelo menos, 100 Quintais Produtivos (QP) e/ou Sistemas Agroflorestais (SAFs) com foco no aumento e na diversificação de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Ações/iniciativas	Responsável	Indicador	Meta de execução			Fonte
			2023	2024	2025	
Mapear 150 unidades familiares com potencial para implantação de QP e/ou SAFs.	SEDET, Emater, STTR, FASE	Diagnóstico sistematizado	50	50	50	SEDET
Produzir estudos de viabilidade técnica, social e econômica para implantação dos QP e/ou SAFs.	SEDET, IFPA, UFPA	Estudo de viabilidade elaborado	05	05	--	Parcerias
Elaborar manual simples e acessível para orientação aos técnicos e agricultores na implementação de QP e SAFs.	SEDET, FASE, APACC, IFPA	Manual produzido	50	--	--	Parcerias
Capacitar as unidades familiares cadastradas – etapa 1: implantação.	FASE, SEDET, IFPA, APACC	Famílias capacitadas	20	20	20	Parcerias
Implantar 100 QP e/ou SAFs, vinculando-os a uma estratégia de Rede de Produtores Agroecológicos.	SEDET, STTR, FASE, Emater.	QP/SAFs implantados	50	50	--	Parcerias
Criar Grupo de Acompanhamento Técnico e Pedagógico às unidades produtivas, reconhecendo e valorizando os conhecimentos tradicionais e as formas de intercâmbio vivenciadas na comunidade.	FASE, SEDET, Rede Jirau, Emater, Sebrae, Adepara, Senar	Coletivo constituído	01	--	--	Não se aplica
Criar controle de qualidade da produção oriunda dos QP/SAFs tendo em vista a oferta de alimentos saudáveis e nutritivos.	SEDET, VISA/SEMSA, ADEPARÁ, Emater.	"Manual" específico para o projeto	01	--	--	Não se aplica
Promover formação com foco na qualidade dos alimentos (do cultivo ao consumo)	SEDET, IFPA, VISA/SAMSA, Emater.	Cursos promovidos	15	15	--	Parcerias
Construir um sistema de registros da produção oriunda dos QP/SAFs como suporte de planejamento da comercialização.	SEDET	Sistema implantado	01	--	--	Parcerias

Meta 2 – Criar condições para o desenvolvimento de ações e projetos no campo da produção orgânica e de base agroecológica.

Ações/iniciativas	Responsável	Indicador	Meta de execução			Fonte
			2023	2024	2025	
Produzir referências conceituais e normativas para a produção orgânica e agroecológica no âmbito do município	SEDET, FASE, ADEPARÁ, IFPA	Instrumentos elaborados	01	01	01	Parcerias



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



Criar mecanismos de financiamento da produção orgânica e agroecológica (ex., fundo rotativo/solidário).	SEDET, SEPLAG, Câmara Mun.	Instrumentos de financiamento criados (fundo)	--	02	--	A definir
Investir em processos de qualificação dos agricultores (manejo, gestão, beneficiamento, comercialização) combinados com ações de assistência técnica e extensão rural.	SEDET, Emater, IFPA, FASE, APACC	Agricultores qualificados/assistidos	30	50	30	Parcerias
Criar um cadastro de organizações e/ou coletivos do campo da Agroecologia e produção orgânica para incentivar o acesso às ações do Plano e outras iniciativas de formação de territórios agroecológicos.	SEDET, FASE, APACC, STTR, Emater.	Cadastro elaborado e implementado	10	20	10	Parcerias
Apoiar e fortalecer organizações da agricultura familiar, ampliando a participação de jovens e mulheres na produção orgânica e de base agroecológica como mecanismo de inclusão social e econômica.	SEDET, Rede Jirau de Agroecologia	Organizações Apoiadas	07	12	10	Parcerias
Implantar hortas escolares e comunitárias, combinando uma estratégia de produção com um esforço em pesquisa e educação.	SEDET, APACC Emater, Comunidades.	Hortas implantadas	05	10	10	Parcerias
Promover ações para diversificação produtiva, de base orgânica e agroecológica, com prioridade para piscicultura, avicultura, produção de sementes, amêndoas e mudas, mel de abelha e frutas consorciadas.	SEDET, Emater, STTR, Rede Jirau, IFPA, FASE	Unidades produtivas atendidas	20	40	20	Parcerias

Eixo 2 – Comercialização e Consumo

Objetivo 2 – Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica enquanto mecanismo de promoção da segurança alimentar e nutricional com geração de renda, incentivando a formação de circuitos curtos de comercialização – a exemplo daqueles representados pelas “feiras da agricultura familiar” – e ampliação do acesso a mercados institucionais de alimentos.

Estratégias

- Promover e/ou apoiar a realização de feiras nos bairros, itinerantes, nas vilas/distritos, integradas às estruturas de mercado da cidade, assim como outros eventos, com temas que valorizem as culturas locais e estimulem o consumo de alimentos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade amazônica.



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



- Garantir espaços de comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos fornecidos à comunidade consumidora diretamente pelos produtores familiares e seus coletivos/organizações.
- Ampliar o acesso dos agricultores familiares aos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA – Conab e Municipal) e de Alimentação Escolar (PNAE) para o fortalecimento e valorização da produção orgânica e agroecológica.
- Incentivar a formação de redes de produtores e consumidores de alimentos orgânicos e de base agroecológica, integrando-as a estratégias, coletivos e/ou movimentos regionais/estaduais de agroecologia que dialogam com (ou participam da) Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
- Promover, em parceria com instituições de educação, entidades e movimentos sociais, igrejas, entre outros sujeitos, ações educativas que estimulem o consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos, colaborando para a segurança alimentar e nutricional.

Meta 3 – Promover e/ou apoiar dinâmicas de distribuição, troca e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.

Ações/iniciativas	Responsável	Indicador	Meta de execução			Fonte
			2023	2024	2025	
Mapear circuitos locais de produção, distribuição e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos.	SEDET, Emater, Rede Jirau, STTR, SEPLAG	Mapeamento/ Diagnóstico concluído	01	--	--	A definir
Construir um Catálogo de Produtos Orgânicos e de base agroecológica representativo da sociobiodiversidade local, disponibilizando-o na internet.	SEDET, IFPA, FASE, APACC, UFPA	Catálogo entregue à população	--	01	--	Parcerias
Disponibilizar um espaço público para realização permanente (quinzenal, por exemplo) da Feira da Agricultura Orgânica e Economia Solidária (FAES).	SEDET, GAB/PMI, SEMAD	Espaço viabilizado	01	--	--	Gabinete do Prefeito
Apoiar a realização da FAES e outras esporádicas, disponibilizando estrutura (quando possível), equipe técnica e recursos logísticos.	SEDET, GAB/PMI	Feiras realizadas	04	06	10	SEDET/ GAB, Parcerias
Promover a participação e/ou ampliação do acesso das organizações da AF ao PAA (Conab e Municipal) e PNAE	SEDET, STTR, Rede Jirau	Entidades beneficiadas	05	08	10	SEDET e parcerias
Estimular a criação de uma Rede de Produtores e Consumidores Orgânicos e Agroecológicos articulada a coletivos com atuação regional/estadual.	SEDET, FASE, IFPA, APACC	Rede constituída	--	01	--	SEDET e parcerias
Promover ações educativas (cursos, oficinas, palestras, troca de experiências...) que estimulem o consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica.	SEDET, SEMED, IFPA, FASE, Emater.	Ações educativas promovidas	03	05	05	Parcerias



Eixo 3 – Construção e Democratização do “Conhecimento Agroecológico”

Objetivo 3 – Reconhecer e valorizar as matrizes de saberes-experiências das comunidades camponesas a exemplo do que se pode definir como um fazer agroecológico que se expressa, sobretudo, em dinâmicas socioambientais concebidas e vivenciadas localmente; colocar esse conhecimento tradicional em diálogo com um determinado saber técnico-científico, democratizando tal encontro como referência de outra relação sociedade/natureza.

Estratégias

- Incentivar a produção de conhecimento e sua sistematização como parte de um processo de reconhecimento, valorização e autonomia dos territórios e suas comunidades.
- Construir referências que ajudem a entender as dinâmicas, contradições e potencialidades dos espaços-tempos de relações socioambientais e econômicas vivenciadas pelos atores locais a partir da categoria “territórios da agroecologia e economia solidária”;
- Realizar ações permanentes de divulgação da agroecologia e produção orgânica por meio de campanhas nas redes sociais, rádio comunitária, centros comunitários, escolas e associações de moradores, entre outros espaços.
- Pactuar com órgãos de governo, universitários e organizações não governamentais ações de assistência técnica e extensão rural colaborativas dentro de uma lógica de construção social do conhecimento agroecológico.

Meta 4 – Promover e valorizar o conhecimento socioambiental e agroecológico das comunidades locais, construindo espaços de diálogo das experiências representativas dos modos de vida tradicionais com referências de um saber técnico-científico.

Ações/iniciativas	Responsável	Indicador	Meta de execução			Fonte
			2023	2024	2025	
Desenvolvimento de experiências de intercâmbio em produção e gestão de unidades produtivas envolvendo agricultores e técnicos.	SEDET, Rede Jirau/APACC, FASE, IFPA	Intercâmbios promovidos	01	01	01	Parcerias
Promoção de campanhas para divulgar a diversidade da agroecologia e produção orgânica presente no município (via internet, rádio, eventos...).	SEDET	Campanhas realizadas	01	01	01	Parcerias
Capacitar jovens e adultos em atividades de sistematização de experiências sociais e produção da memória do movimento agroecológico	SEDET, Rede Jirau, FASE, IFPA	Oficinas-experiências de sistematização e memória	01	01	01	Parcerias



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



Promover caravanas de assistência técnica e extensão rural que resulte de parcerias entre governo municipal, órgãos do governo estadual, ONGs, Universidades e agricultores; perseguir a ideia de "laboratórios" onde todos aprendem com todos na partilha de seus conhecimentos.	SEDET, Emater, APACC, FASE, IFPA.	Caravanas de ATER realizadas.	01	01	01	Parcerias
---	-----------------------------------	-------------------------------	----	----	----	-----------

5. GESTÃO DO PLANO

Fica estabelecida como órgão de gestão do Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), sob a supervisão, controle e monitoramento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (COMDET).

À SEDET compete:

- I. Elaborar o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, submetendo-o à apreciação e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento;
- II. Operacionalizar e gerir as ações, projetos e iniciativas previstas no Plano;
- III. Articular os órgãos do governo municipal cujas ações tenham relação com os temas que fundamentam o Plano a fim de inseri-los na sua dinâmica de implementação;
- IV. Atrair parcerias e compor articulações com entidades não governamentais e órgãos de governo nas esferas estadual e federal que viabilizem e/ou potencializem as dinâmicas necessárias ao cumprimento das metas;
- V. Acolher e dar respostas, quando for o caso, os pareceres do COMDET e de outras instituições preocupadas com os resultados da ação.
- VI. Criar um sistema de avaliação e monitoramento de resultados baseado em indicadores de desempenho e qualidade social.

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (COMDET) compete:

- I. Coordenar o processo de controle social das ações do Plano de Agroecologia e Produção Orgânica;
- II. Propor a revisão do Plano e, se necessário, ajustes/adequações operacionais, de conteúdo e metodologia;
- III. Reunir contribuições de diferentes atores institucionais dispostos a colaborar com os mecanismos de avaliação e monitoramento;
- IV. Incentivar a participação de sujeitos representativos da sociedade civil, vinculados e/ou interessados nas dinâmicas do campo agroecológico, nas ações do Plano;



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



- V. Articular com outros Conselhos Municipais, especialmente os de Assistência Social, de Meio Ambiente e de Alimentação Escolar, iniciativas que contribuam para o fortalecimento das ações previstas no Plano;

Um esforço supra organizacional, liderado pelo COMDET, deve garantir a aprovação do Fundo Municipal de Desenvolvimento enquanto mecanismo de financiamento das ações, projetos e programas sob a responsabilidade da SEDET e controle pelo Conselho, investindo-se em diferentes formas de captação de recursos a fim de que as estratégias construídas no âmbito do planejamento do desenvolvimento não perezam por falta de investimentos.

Por fim, é preciso ampliar e fortalecer as experiências de coletivos e redes locais integrados por produtores agroecológicos adeptos de uma economia solidária, atrair coletivos de consumidores interessados nestes temas, nas propostas e iniciativas difundidas sob a liderança das redes, contribuindo, enfim, com um movimento a serviço da construção de outro “modelo” de desenvolvimento e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAFRUTAS. Açaí eleva Igarapé-Miri ao posto de rei da produção agrícola no Pará. Disponível em www.abrafrutas.org. Acesso em novembro de 2021.

ARAÚJO, Isaac Fonseca. Território de Ação Local: uma etnografia da vida associativa na Amazônia Tocantina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia), Universidade Federal do Pará: UFPA/IFCH, 2015.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Agroecologia*, v. 6, p. 63-74, 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2018.

LIMA, Filipe Augusto Xavier. Construção de redes e agroecologia: o papel dos atores sociais no desenvolvimento rural. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 171-183, jan./mar. 2019.

LONDRES, Flavia. [et al.]. Municípios agroecológicos e políticas de futuro [recurso eletrônico]: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 2. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021.



Município de Igarapé-Miri
Poder Executivo
Gabinete do Prefeito
Procuradoria-Geral do Município



ROSA, M. P; Svartman, B. P. (2018). Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. *Psicologia Política*, 18 (41), p. 18-41.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

SOUZA, Armando Lirio de. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)*. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.